

## A, B... Cidadania – aprender, apreender ou empreender?

«Se os Homens continuarem a “aderir”, a “ajustar-se” a um mundo já “feito”, mergulharão numa nova “opacidade”». A advertência, mais actual do que nunca, é do já falecido pensador e pedagogo brasileiro Paulo Freire, mentor da conscientização como paradigma que visa permitir ao indivíduo *s’engager* de modo crítico no mundo, preparando-se para o transformar. Um “do it by yourself”, “learner-centred”, típico dos mecanismos de educação informal (decurso da vivência do quotidiano) e não formal (extra-escolar, no âmbito da formação profissional e profissionalizante), perfeitamente adaptável aos mecanismos tradicionais de educação formal (aquisição de competências para a obtenção de um grau académico), como expressão de inovação e empreendedorismo.

Depois do Decreto-lei n.º 6/2001 institucionalizar a formação cívica como nova área curricular não disciplinar a implementar nas escolas e do Conselho da Europa ter consagrado 2005 como o ano Europeu da Cidadania pela Educação, como é que a inovação e o empreendedorismo podem transformar a Educação para a Cidadania numa vivência de aprendizagem ao longo da vida, alicerçada numa cultura de Democracia participativa, crítica e consciente dos Direitos e Deveres Humanos?

Ao inovar na lógica transversal subjacente, em que a educação ao longo da vida reforça mais a educação para os deveres do que para os direitos, a educação para o respeito mais do que a tolerância, a interculturalidade e a intergeracionalidade mais do que a hierarquia ou a segregação, a desconstrução da desinformação mais do que a construção da informação;

Ao inovar na celebração da diferença pela diferença, das origens étnicas, culturais, religiosas, políticas, de classe, de idade ou de orientação sexual, assumindo-se de vez o lema “todos diferentes, todos diferentes”;

Ao inovar nos métodos/metodologias utilizadas, visto o “learning by doing” pressupor um reforço das metodologias activas e participativas (por exemplo, o Teatro do Oprimido de Augusto Boal) e a introdução de manuais expressamente dirigidos ao trabalho com a juventude (Packs Educativos e Formativos como o *Compass*, manual do Conselho da Europa em Educação para os Direitos Humanos);

Ao inovar nos actores envolvidos, trazendo para o espaço-escola o espaço-sociedade-civil local, impulsor do voluntariado e da aprendizagem em contexto D-learning (*Democracy learning*), num projecto de parceria de saber ser, saber estar e saber agregar no mesmo espaço plataformas estatais e não estatais promotoras de cidadania;

Ao inovar na co-educação, entre-pares, em que a igualdade de oportunidades se espelha não só em imagens e linguagens menos reprodutoras de desigualdades entre homens e mulheres, mas sobretudo na partilha de valores entre o/a aluno/a e professor/a, em que os primeiros são os verdadeiros protagonistas do seu próprio processo de formação (e não actores passivos, destinatários e depositários de “bíblia *quasi* sagradas”) e, os segundos, facilitadores do processo de auto-aprendizagem que, entretanto, se desenrola autonomamente.

Ao inovar nas novas tecnologias de comunicação, não só no que comumente se refere às plataformas de E-learning para os manuais escolares, mas na auto-criação e dinamização de blogs, fóruns e myspaces adaptados às temáticas que devem ser os/as alunos/as a definirem como prioritários para discussão, mesmo se com códigos SMS próprios.

**Inovar** na conscientização que a passagem de um mundo dado para um mundo doador é o grande desafio que se afigura hoje ao ensino.

**Inovar**, porque mais do que se limitar ao sentido unilateral que em nada separa o aprender e o apreender (aquisição de conceitos e competências), se espera que se saiba reinventar no próprio direito e dever a empreender (-se).

Só assim poderemos ver cidadãos|cidadãs auto-formados|as e conscientes que a cultura da exigência não é sinónimo de cultura de reivindicação, mas sim de cultura da excelência!

**Ana Isabel Xavier**  
**Janeiro 2007**

Coordenadora do Centro de Formação da DECIDE e do projecto “Crescer Cidadão” nas escolas do ensino básico